



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE  
SECRETARIA DE SAÚDE



CONTRATO N.º. 20190327

**CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SAÚDE, E DO OUTRO LADO A EMPRESA JBM DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA – EPP, QUE ASSIM PARA O FIM QUE A SEGUIR DECLARAM:**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE, através da **Secretaria de Saúde**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Padre Clício, 4605, São Francisco, Tabuleiro do Norte Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.428.432/0001-14, neste ato representado pela Secretária de Saúde, Sra. Karla Geanny Saraiva Costa, portadora do CPF nº. 892.508.773-15, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **JBM DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA – EPP**, com sede à Rua Francisco Remígio, 868, Centro, Limoeiro do Norte/CE, CEP: 62.930-000, inscrita no CNPJ sob o nº. **19.794.018/0001-30**, representada por José Mardilson Bezerra de Moraes, portador CPF nº. 330.298.303-49 ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital de PREGÃO PRESENCIAL N.º. 13.06.01/2019 - SEMS, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1- Fundamenta-se este contrato no PREGÃO PRESENCIAL N.º 13.06.01/2019 - SEMS, pelas disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 – Lei que Regulamenta o Pregão, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterados pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, Decreto nº 5.450, de 31/05/2005 e tem como subsidiária a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores – Lei de Licitações, da Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 6.204/07, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Decreto Federal nº 155/2016, de 27 de outubro de 2016, Lei Federal 12.440 de 07 de julho de 2011 que altera o título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e demais normas pertinentes e, ainda, pelas disposições estabelecidas no presente contrato, e, pela na proposta de preços da Contratada.

**CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, MATERIAL ODONTOLÓGICO, MATERIAL LABORATORIAL E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TABULEIRO DO NORTE/CE.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

3.1- A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste contrato o valor de R\$ **125.942,73 (cento e vinte e cinco mil novecentos e quarenta e dois reais e setenta e três centavos)**, sujeito as incidências tributárias normais, distribuídos da seguinte forma.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	QUANT	UNID	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	ALCOOL ABSOLUTO FR 1LITRO CAIXA COM 12 U	60	Caixa	ITAJA	R\$ 183,02	R\$ 10.981,20
02	COLESTEROL COLORIMETRICO	200	Caixa	LABTEST	R\$ 204,44	R\$ 40.888,00
03	ARISTAB (ARIPIPAZOL)	20	Caixa	ACHE	R\$ 274,86	R\$ 5.497,20

*Handwritten initials and a signature.*



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE  
SECRETARIA DE SAÚDE



	10MG					
04	XARELTO (RIVAROXABANA) 20MG	30	Caixa	BAYER	R\$ 231,66	R\$ 6.949,80
05	ÁCIDO NÍTRICO FUMEGANTE	20	Unidade	MACCOMERCI O	R\$ 93,14	R\$ 1.862,80
06	HEMOGLOBINA GLICADA C/25 TESTES	20	Unidade	BIOMAX	R\$ 525,27	R\$ 10.505,40
07	ANTI SORO	15	Unidade	FRESENIUS	R\$ 69,56	R\$ 1.043,40
08	VDRL	20	Unidade	LABORCLIN	R\$ 77,25	R\$ 1.545,00
09	ANTI -B (SORO)	15	Unidade	FRESENIUS	R\$ 70,69	R\$ 1.060,35
10	ANTI -D (SORO)	15	Unidade	FRESENIUS	R\$ 69,56	R\$ 1.043,40
11	ANTI -A (SORO)	15	Caixa	FRESENIUS	R\$ 73,75	R\$ 1.106,25
12	ESCAVADOR DE DENTINA DUPLO OITAVO N° 11 1/2	20	Unidade	LM	R\$ 12,71	R\$ 254,20
13	ESCAVADOR DE DENTINA DUPLO OITAVO N° 14	20	Unidade	LM	R\$ 13,00	R\$ 260,00
14	ESCAVADOR DE DENTINA DUPLO OITAVO N° 17	20	Unidade	LM	R\$ 12,22	R\$ 244,40
15	ESCAVADOR DE DENTINA DUPLO OITAVO N° 18	20	Unidade	LM	R\$ 12,43	R\$ 248,60
16	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO 150	06	Unidade	SKAY	R\$ 86,67	R\$ 520,02
17	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO 151	06	Unidade	SKAY	R\$ 86,67	R\$ 520,02
18	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO 16	12	Unidade	SKAY	R\$ 87,77	R\$ 1.053,24
19	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO 18L	06	Unidade	SKAY	R\$ 88,36	R\$ 530,16
20	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO 65	12	Unidade	WILCOS	R\$ 86,77	R\$ 1.041,24
21	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO 18R	06	Unidade	SKAY	R\$ 85,51	R\$ 513,06
22	GRAMPO PARA ISOLAMENTO ODONTOLÓGICO N° 00	02	Unidade	GOLGRAN	R\$ 30,33	R\$ 60,66
23	CURETA LUCAS N°85	20	Unidade	LM	R\$ 14,83	R\$ 296,60
24	CURETA LUCAS N°87	20	Unidade	LM	R\$ 14,80	R\$ 296,00
25	ADAPTADOR DE AGULHA A VACUO	100	Unidade	BD	R\$ 12,26	R\$ 1.226,00
26	MASCARA BICO DE PATO	50	Unidade	KSN	R\$ 19,72	R\$ 986,00
27	AGULHA A VACUO 25	200	Caixa	BD	R\$ 70,17	R\$ 14.034,00
28	COOMBS INDIRETO	05	Unidade	FRESENIUS	R\$ 99,03	R\$ 495,15
29	LANCETAS	10	Caixa	GTECH	R\$ 56,32	R\$ 563,20
30	PLACA KLINE	02	Unidade	PROJECTALAB	R\$ 76,01	R\$ 152,02
31	TUBO DE LÁTEX N° 200	50	Metro	LEMGRUBER	R\$ 13,91	R\$ 695,50
32	ESCOVA PARA LAVAGEM DE TUBOS DE ENSAIO E VIDRARIAS LABORATORIAIS	24	Unidade	COSMO	R\$ 43,04	R\$ 1.032,96



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE  
SECRETARIA DE SAÚDE



33	FISIOGEL 400MG	40	Unidade	STIEFEL	R\$ 115,25	R\$ 4.610,00
34	HIXIZINE SUSP	30	Unidade	GLOBO	R\$ 40,03	R\$ 1.200,90
35	DESONOL 0,05 POMADA	20	Caixa	MEDLEY	R\$ 37,96	R\$ 759,20
36	DEXTROSE 500G	24	Tube	KASVI	R\$ 494,45	R\$ 11.866,80
VALOR TOTAL R\$ 125.942,73						

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

4.1- O presente contrato terá um prazo de vigência até 31 de dezembro de 2019, podendo ser aditado nos casos previstos no art. 57 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA FONTE DE RECURSOS

5.1 - As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com a licitante vencedora, correrão por conta da dotação orçamentária nº: **0801.10.301.0018.2.047** – GESTÃO DOS PROGRAMAS DA ATENÇÃO BÁSICA; **0801.10.304.0018.2.050** – GESTÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA; **0801.10.302.0018.2.048** – GESTÃO DOS PROGRAMAS DA MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR; Elemento de Despesa: **3.3.90.30.00** – Material de Consumo, **4.4.90.52.00** – Equipamentos e Material Permanente, com recursos diretamente arrecadados ou transferidos da PMTN, consignado no orçamento municipal de 2019.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

6.1- Não haverá reajuste de preços, podendo ocorrer revisão dos mesmos na hipótese de ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis durante a gestão contratual, bem como ocorra majoração legal de preços; devendo a contratada se manifestar e, comprovadamente, demonstrar o desequilíbrio econômico - financeiro do contrato, cabendo ao contratante, justificadamente, aceitar ou não, aplicando-se a TJLP- Taxa de Juros de Longo Prazo ou outro índice em vigor, caso essa seja extinta.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7.2 – A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e/ou serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.3 – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.4 – O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

99



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE  
SECRETARIA DE SAÚDE



**CLÁUSULA OITAVA - DA ENTREGA DO OBJETO E DO PAGAMENTO**

- 8.1- Os produtos deverão ser entregues nos locais a serem definidos pela SECRETARIA REQUISITANTE, no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a partir da solicitação.
- 8.2- Os produtos entregues pela licitante vencedora estarão sujeitos à aceitação plena pelo órgão recebedor.
- 8.3- A autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação poderá designar uma Comissão de Recebimento, cujo propósito será a conferência dos produtos entregues com as especificações contidas na proposta de preços da Contratada. Caso o mercadoria/serviços entregue esteja em desacordo com as especificações contidas na proposta de preços, a Comissão rejeitará o recebimento do mesmo.
- 8.4- A Contratada ficará obrigada a trocar, imediatamente, sem ônus para a origem desta licitação, a mercadoria que vier a ser recusado.
- 8.5- O pagamento será efetuado após o recebimento dos materiais, devidamente atestados pelo Setor Competente e/ou pela Comissão Recebedora, devendo ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data do recebimento do material, acompanhado das respectivas Notas Fiscais e de Empenho.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 9.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;
- 9.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 9.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais/ Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1- Entregar os produtos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 10.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 10.4- Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.
- 10.5 - Responder por todas as despesas diretas ou indiretas que indicam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- 10.6 - Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 10.7 - Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato.



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE  
SECRETARIA DE SAÚDE



10.8 – Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta considerada pela fiscalização da CONTRATANTE.

10.9 – Refazer a entrega do objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, contado da sua notificação.

10.10 – Remover, às suas expensas, todo o material que estiver em desacordo com as especificações básicas, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, providenciando a substituição do mesmo, no prazo imediato, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1- Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multas de:

b.1) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da LICITANTE VENCEDORA em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela CONTRATANTE.

b.2) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato, por dia de atraso na entrega do objeto contratual, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.3) 2% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da SECRETARIA REQUISITANTE, em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos materiais.

b.4) O valor da multa referida nesta cláusulas será descontado “ex-offício” da CONTRATADA, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a CONTRATANTE promova sua reabilitação.

11.2- As sanções previstas nos itens antecedentes serão aplicadas pela autoridade competente, assegurados ao Contratado ou ao Adjudicatário, o contraditório e ampla defesa, nos seguintes prazos e condições:

a) de 05 (cinco) dias úteis nos casos de advertência e de suspensão, e de 10 (dez) dias úteis da abertura de vista do processo, no caso de declaração de inidoneidade para licitar com o Município de Tabuleiro do Norte.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS**

12.1 - A rescisão contratual poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE  
SECRETARIA DE SAÚDE



c) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1- Fica eleito o foro da Comarca de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias para que possa produzir os efeitos legais.

Tabuleiro do Norte (CE), 30 de julho de 2019.

Karla Geanny Saraiva Costa  
Secretária de Saúde  
Tabuleiro do Norte - CE  
Portaria 924/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE  
SECRETARIA DE SAÚDE  
CNPJ Nº. 11.428.432/0001-14  
KARLA GEANNY SARAIVA COSTA  
CONTRATANTE

  
JBM DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA - EPP  
CNPJ Nº. 19.794.018/0001-30  
JOSÉ MARDILSON BEZERRA DE MORAES  
CPF Nº. 330.298.303-49  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

01. Nome: Raimundo Faumória Magalhães CPF/MF: 014.410.033-98

02. Nome: Rebecy Diana Alves CPF/MF: 038.103.533-61